



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 19 de março de 2025

<b>Bolsas</b> Na terça-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na terça-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b> Comercial, venda na terça-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> ÍPCA do IBGE (em %)
0,49% São Paulo	125.637 13/3 14/3 17/3 18/3	R\$ 5,672 (-0,25%)	R\$ 1.518	R\$ 6,209	13,15%	14,07%	Outubro/2024 0,53 Novembro/2024 0,39 Dezembro/2024 0,52 Janeiro/2025 0,16 Fevereiro/2025 1,31

## GUERRA COMERCIAL

Comissão aprova projeto que permite ao Brasil retaliar medidas protecionistas impostas por outros países. Destinada, inicialmente, a questões ambientais, a proposta se estende, agora, a qualquer área

# Senado prepara resposta a tarifação

» RAFAELA GONÇALVES

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei (PL) da Reciprocidade, que permite ao governo brasileiro retaliar países ou blocos que imponham barreiras comerciais a produtos brasileiros. A proposta, que tramita desde abril de 2023, tratava, originalmente, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, com foco em restrições impostas pela União Europeia contra produtos do agronegócio brasileiro.

Com a adoção da política comercial imposta por Trump, com aplicação de sobretaxa para o aço e o alumínio, o texto foi adaptado para autorizar retaliações contra países ou blocos que adotem qualquer tipo de barreira contra produtos brasileiros.

O projeto, aprovado de forma simbólica, segue agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em caráter terminativo — sem a necessidade de ir a plenário. Se aprovado, o texto ainda precisará passar pela análise na Câmara dos Deputados.

De autoria do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), o texto recebeu um substitutivo da relatora, senadora Tereza Cristina (PP-MS). “Esse projeto não podia ficar só no âmbito ambiental e expandimos devido às grandes mudanças que o mundo enfrenta. Temos uma guerra comercial posta no mundo e o Brasil precisa de mecanismos para se defender. O projeto foi feito a várias mãos. É um projeto para o Brasil e traz segurança para o país defender seus produtores”, disse a relatora.

Entre “as várias mãos” que ajudaram na elaboração do substitutivo estão o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e o Itamaraty, que deram suporte técnico à relatora. No substitutivo,

Saulo Cruz/Agência Senado



Relatora do Projeto, a senadora Tereza Cristina ressaltou que as grandes mudanças que o mundo enfrenta motivaram a expansão da matéria

ficou a cargo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) o papel de adotar contramedidas a países ou blocos econômicos protecionistas em relação a produtos brasileiros. O texto determina ainda que as vias diplomáticas sejam esgotadas antes de qualquer tipo de retaliação comercial, evitando desgastes desnecessários nas relações internacionais.

O presidente dos EUA impôs uma taxa de 25% sobre todas as importações de aço e alumínio. Além disso, Trump anunciou que tarifas recíprocas e setoriais passarão a valer a partir

de 2 de abril. As taxas sobre importações são uma das principais promessas de campanha do republicano.

Segundo Tereza Cristina, medidas como essas estão “apoiadas em um protecionismo disfarçado”. Ela afirmou ainda que o objetivo do projeto não é punir o parceiro comercial, “mas resolver o problema da melhor forma possível, garantindo o acesso dos produtos brasileiros ao exterior”. “O Brasil já segue rigorosos padrões ambientais, e essa proposta garante que não seremos prejudicados por exigências externas desproporcionais. Ao

mesmo tempo, precisamos evitar retaliações precipitadas que possam afetar nossas exportações”, enfatizou.

De acordo com o substitutivo, as contramedidas devem ser proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações protecionistas. Além disso, devem buscar minimizar o impacto sobre a atividade econômica e evitar custos administrativos desproporcionais.

Pelo projeto, as medidas retaliatórias poderiam ser aplicadas pelo Poder Executivo caso outros países interfiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil, procurando impedir ou

obter a cessação, modificação ou adoção de um ato específico, ou de práticas no Brasil, por meio da aplicação ou da ameaça de aplicação unilateral de medidas comerciais, ou de investimentos; violem ou sejam inconsistentes com as disposições de acordos comerciais, ou, de outra forma, neguem, anulem ou prejudiquem benefícios ao Brasil sob qualquer acordo comercial ou configurem medidas unilaterais com base em requisitos ambientais que sejam mais onerosos do que os parâmetros, normas e padrões de proteção ambiental adotados pelo Brasil.

## CONTAS PÚBLICAS

# Votação do Orçamento é adiada novamente

A votação do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 na Comissão Mista de Orçamento (CMO), inicialmente prevista para esta quarta, foi adiada para a sexta-feira. O calendário foi alterado com a chegada de ofícios enviados pelo Executivo, pedindo alterações na peça orçamentária.

Segundo o relator da matéria, senador Angelo Coronel (PSD-BA), as mudanças pedidas pelo governo estão atrasando a entrega do texto final. “Na semana passada eu estava com o relatório praticamente pronto. O governo solicitou que aguardasse, porque ele ia mandar uns ofícios, fazendo algumas, alguns remanejamentos. Como o orçamento é do Poder Executivo, ou seja, é do governo, o Congresso só faz analisar e aprovar, e eu aguardar chegar esse novo ofício, modificando a peça

orçamentária”, explicou o relator, em entrevista à Rádio Senado.

“Se dependesse de mim, o relatório estaria pronto. O que chegou na sexta-feira nós já fizemos os ajustes, mas ontem também já surgiu um novo ofício para atender ao Banco Central no aprimoramento do Pix”, contou o senador, que ainda aguardava ontem a chegada de um novo ofício da Casa Civil da Presidência da República, com o último pedido de alteração no texto.

O novo cronograma prevê uma reunião de líderes da CMO nesta quarta, seguida pela apresentação e leitura do parecer do relator, na quinta-feira, quando será aberto o prazo para apresentação de desates com pedidos de alterações no projeto pelos partidos.

O acordo com o governo era de que o Orçamento fosse concluído

Roque de Sá/Agência Senado



Relator da Loa, Coronel ainda recebe alterações do Executivo

até, no máximo, o dia 28 de março. Segundo Angelo Coronel, caso o prazo dado ao governo para enviar as últimas alterações tenha sido cumprido, será possível aprovar o Orçamento ainda nesta semana, em sessão do Congresso que pode se estender até a madrugada de sexta.

No entanto, se houver demora por parte do governo, o

senador prevê que a votação só ocorra na primeira semana de abril, devido à viagem dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara, Hugo Motta, que acompanharão o presidente Lula em uma visita ao Japão.

“Provavelmente, nós vamos pular a semana que vem e deixar

para votar a partir do dia 30 com o retorno do presidente Hugo Motta e do presidente Davi Alcolumbre. Existe esse risco, porque nós precisamos de pelo menos três dias para que a equipe técnica faça toda a elaboração, lance e corrija algumas distorções”, alertou.

Entre as mudanças enviadas pelo governo até o momento está um corte de R\$ 7,7 bilhões no Bolsa Família. O ajuste foi necessário para viabilizar a execução de alguns programas, como o Pé-de-Meia e o Vale Gás. “A cada ofício, as alterações levam os técnicos da Consultoria de Orçamento a praticamente rever todo o texto do relatório final do senador Angelo Coronel”, declarou o presidente da CMO, deputado Júlio Arcoverde (PP-PI).

Com três meses de atraso, o Orçamento de 2025 deveria ter sido votado no fim do ano passado, conforme determina a Constituição. Sem a LOA aprovada, o Executivo conta mensalmente apenas com 1/12 da quantia que tem para custear a máquina pública. (RG)

## INFLAÇÃO

# IGP-10 desacelera para 0,04%

» FERNANDA STRICKLAND

A inflação medida pelo Índice Geral de Preços — 10 (IGP-10) desacelerou para 0,04% em março, após ter registrado alta de 0,87% em fevereiro, segundo dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O índice, usado para atualizar o preço de tarifas públicas, alugueis e alguns planos de saúde, acumula alta de 1,44% no primeiro trimestre de 2025 e de 8,59% nos últimos 12 meses.

No mesmo período do ano passado, o IGP-10 havia registrado queda de 0,17% no mês e acumulava retração de 4,05% em 12 meses.

A desaceleração do índice foi impulsionada, principalmente, pela queda do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que representa 60% da composição do IGP-10. De acordo com Matheus Dias, economista do FGV Ibre, a incerteza global intensificada pela guerra comercial entre os Estados Unidos e seus parceiros comerciais impactou a cotação do minério de ferro, reduzindo os preços no setor e, consequentemente, desacelerando o IPA.

No setor da construção civil, o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), que tem peso de 10% no IGP-10, também registrou desaceleração na maioria dos grupos, com exceção de Materiais e Equipamentos, que teve alta de 0,52%, impulsionada pelo aumento nos preços de Materiais para Instalação.

Por outro lado, a pressão inflacionária sobre o consumidor ainda persiste. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que responde por 30% do IGP-10, registrou elevação, com destaque para o grupo Habitação. O aumento na tarifa de eletricidade residencial e no aluguel foram os principais fatores que contribuíram para a inflação ao consumidor final.

Para Volnei Eying, CEO da gestora Multiplike, a discrepância entre a desaceleração dos preços no atacado e o aumento no custo de vida reflete uma inflação mais rígida e persistente. “Isso significa que não estamos lidando apenas com aumentos pontuais, mas com uma inflação que está ficando mais difícil de controlar. O aluguel e a conta de luz, por exemplo, continuam subindo porque muitos contratos são reajustados automaticamente com a inflação passada, criando um ciclo perigoso”, alerta Eying. Ele também destaca o dilema enfrentado pelo Banco Central, que pode ser levado a elevar a taxa de juros para conter a inflação, impactando negativamente a economia e a dívida pública.

André Matos, CEO da MA7 Negócios, reforça que o comportamento do IGP-10 reflete a conjuntura econômica global e seus efeitos sobre os custos produtivos. “A queda nos preços do minério de ferro, impactada pela incerteza da guerra comercial dos EUA, exerceu forte influência na retração do IPA, sinalizando um enfraquecimento da demanda externa. No varejo, no entanto, o aumento nas tarifas de eletricidade residencial e do aluguel pressionou o IPC, evidenciando que, embora a inflação ao produtor tenha perdido fôlego, o consumidor final ainda sente os efeitos da recomposição de preços”, avalia.